

Tema: Perspectivas do Movimento Sindical brasileiro e os Desafios do Movimento Docente e sua Organização

***Luciene da Cruz Fernandes
Lívia Angeli Silva***

O movimento ora em curso, que levou ao afastamento de Dilma Roussef do governo e a intensificação de uma agenda neoliberal, através do projeto de Temer, denominado “Uma ponte para o futuro”, quer o chamemos de “golpe” ou não, é uma reação do capitalismo a uma plataforma política que, ainda que de forma tímida, procurou equalizar distorções e inserir uma parcela imensa da população brasileira, historicamente desfavorecida, no jogo democrático. Essa reação conservadora procura retomar a agenda neoliberal, rejeitada nas urnas pela população brasileira quatro vezes consecutivas, utilizando as lacunas deixadas por um sistema político que privilegia o poder econômico, as contradições existentes dentro do próprio bloco democrático-popular e sua fragmentação, através da desagregação do sistema político – partidos e lideranças de esquerda –, da pulverização do sistema sindical e dos movimentos sociais – criminalização dos movimentos e manifestações.

As ações dos setores conservadores que buscavam retomar o poder, associadas às medidas tomadas pelo governo no sentido de evitar o impedimento no congresso e ainda o cenário de crise econômica internacional coloca a sociedade brasileira em uma situação de crise, que tornou o “terreno fértil” para a implementação de uma receita neoliberal. Vivemos um momento de crise política, econômica, moral, institucional e já nos aproximamos de uma forte crise social, cujos desdobramentos podem levar a uma precarização ainda maior do trabalho ou, por outro lado, a uma reflexão e tomada de posição que podem influenciar o rumo dos acontecimentos.

Algumas medidas que estão sendo discutidas e implantadas nesse momento representam a possibilidade concreta de perdas de direitos históricos da classe trabalhadora e o avanço do capital, que não reconhece limites de qualquer tipo (constitucionais, legais, culturais, etc.) para a consecução do projeto de enfraquecimento do Estado, com a mínima intervenção na esfera do mercado. Procura-se, sobretudo, reduzir ao mínimo os encargos trabalhistas, colocar as instituições de escanteio em relação às negociações entre patrão e empregado (sempre, obviamente, caracterizadas pela desigualdade de interesses e condições) e deixar o terreno livre para as leis do mercado – vistas pelo capitalista como inexoráveis e não como criações humanas. Dentre essas medidas, podemos mencionar a reforma da Previdência, a diminuição dos investimentos em saúde, educação e programas sociais, a prevalência das convenções coletivas sobre as normas legais e projetos, que permite a terceirização de todas as atividades da empresa.

Diante desse quadro, qual o papel dos sindicatos?

O sindicato continua perdendo espaço como organização capaz de expressar as demandas mais gerais da sociedade, mantendo muitas vezes uma posição passiva frente às necessidades da população e vinculando sua luta às questões corporativas/salariais.

As entidades que representam os interesses dos trabalhadores conseguiram inserir na pauta sindical demandas específicas das minorias - grupos étnicos e de gênero –, cuja concretização certamente representa um avanço no processo de construção de cidadania, mas não conseguiu estabelecer uma pauta vinculada com suas reivindicações históricas, como o debate com a sociedade sobre um projeto de desenvolvimento para seu País. Os avanços obtidos se dão, na maioria das vezes, em terrenos restritos e esferas específicas, vinculados a esta ou aquela categoria, e não contemplam reivindicações comuns a toda a classe trabalhadora. Esse particularismo, ou corporativismo, é marcado geralmente por uma postura defensiva e visa proteger os interesses restritos daquele setor específico, o que vai ao encontro dos interesses do capital, na medida em que pulveriza a classe trabalhadora em diversos setores com pouco diálogo entre si e gera tensões. Some-se a isso o crescimento do número de sindicatos e centrais sindicais, e tem-se um terreno propício para os interesses da classe patronal, que não tem motivos para lamentar a desagregação do movimento trabalhista em uma miríade de setores desprovidos de uma pauta comum.

A luta pela organização sindical passa pelo envolvimento nos debates ideológicos e por um trabalho de conscientização política de sua base, em boa parte desinteressada da reflexão que lhe permita transcender os interesses imediatos de sua categoria específica e imaginar uma circunstância favorável à classe trabalhadora como um todo – em uma palavra, um projeto de sociedade. Temas como a distribuição de renda, o desemprego, a terceirização, o trabalho informal, etc., não podem ficar de fora da pauta sindical, uma vez que o sindicato deveria ser o *locus* privilegiado do debate em torno da valorização do trabalho diante do avanço do capital, cujos interesses nunca poderão coincidir com os dos trabalhadores, uma vez que é através da desregulamentação e da perda de direitos que ele extrai o seu lucro, cada vez maior.

Em vista desse quadro, é de fundamental importância o ambiente democrático vivido no interior de uma Federação como o PROIFES, que valoriza o debate livre e a pluralidade; no entanto, ao abrir mão de um discurso mais incisivo e um papel mais ativo na defesa dos interesses dos trabalhadores, pode-se abrir um vácuo perigoso no terreno onde se trava a luta, que neste momento se traduz em uma luta cultural/ideológica e de organização da classe trabalhadora.

É preciso que o trabalho de reflexão e organização seja pautado não somente na realização de objetivos imediatos, como aqueles voltados à próxima eleição, mas também em metas a longo prazo, como a construção de políticas concretas para o bem comum que ofereçam resistência ao projeto neoliberal ora imposto, e o conseqüente aprofundamento da desigualdade social.

A criação da Federação PROIFES se deu com a perspectiva de um sindicalismo moderno, plural, que estivesse além do aparelhamento partidário, mas para isso é necessário que se trave um debate franco e fraternal, com o objetivo de fortalecer e expandir a Federação através da construção de uma narrativa política no âmbito da mesma e de seus sindicatos federados. Este debate precisa extrapolar a esfera político-partidária, mas sem ignorar a sua importância.

Desta forma, é necessário que a Federação promova debates políticos constantes, principalmente relacionados com os projetos que atacam diretamente os direitos arduamente conquistados pelos trabalhadores, e que a partir destes debates seja desenvolvida uma estratégia de comunicação em rede que possa fomentar a discussão e contribuir para formação do trabalhador – no nosso caso os professores – como sujeito político.